CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1347/79

INTERESSADO: 1ª DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ASSUNTO: Correição junto à EPSG "Cacique Tibiriçá"

RELATORA: Consa. Maria Aparecida Tamaso Garcia

PARECER CEE Nº 270/80 - CESG - Aprov. em 27/02/80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

Através do Parecer 1020/79, relatado pelo Conselheiro José Augusto Dias e também relativo ao Processo CEE nº 1347/79, este Conselho exarou a seguinte conclusão:

"À vista do exposto, autoriza-se, nos termos da Deliberação CEE nº 18/78, a Secretaria da Educação a realizar correição na EPSG "Cacique Tibiriçá", de São Bernardo do Campo.

Os resultados da correição deverão ser comunicados a este Conselho, para fins de decisão sobre o processo DRE-6/Sut nº 3518/79."

Agora a Secretaria de Estado da Educação encaminha, através do Processo 092/80-COGSP, "relatório circunstanciado da correição administrativa realizada na escola acima citada".

2. APRECIÇÃO

I - Os antecedentes

Para melhor entendimento dos vários aspectos abrangidos no relatório, faremos um resumo dos antecedentes.

1. A correição foi solicitada pela 2ª Delegacia de Ensino de S. Bernardo do Campo através de dois expedientes e por razões diversas:

1.1. Pelo Processo DRE-6/Sul nº 2551/79, aquela Delegacia, em 24-4-79, solicitava a correição, tendo em vista que a escola vinha ministrando, sem autorização, as seguintes habilitações: Técnico em Eletrônica, Técnico em Publicidade e Técnico em Decoração, havendo 159 alunos envolvidos.

1.2. Pelo Processo DRE-6/Sut 3517/79, a mesma Delegacia, depois de proceder à sindicância administrativa e à vista das irregularidades constatadas na escrituração escolar, reitera a solicitação de correição.

2. Através do Processo DRE-6/Sut 3518/79, a direção da escola solicitou a este Conselho, em ofício datado de 20-6-79, autorização de funcionamento das já citadas habilitações.

O pedido foi encaminhado ao Conselho em grau de recurso, em virtude da Delegacia de Ensino o haver devolvido à escola, por início irregular de atividades e futuras providências junto ao Conselho Estadual de Educação. Este processo é exatamente o referido no final da conclusão do Parecer 1020/79, que autorizou a correição.

II - A Correição Administrativa

1. Processo DRE-6/Sul nº 2551/79 - funcionamento irregular de habilitações:

1.1. os procedimentos adotados pela comissão de correição foram os seguintes:
fls. 26 e seguintes até 68 do Proc. 092/80 - COGSP):

- Levantamento do número de alunos matriculados nas habilitações Técnico em Eletrônica (1a., 2a. e 3a. séries), Técnico em Publicidade (1a., 2a. e 3a. séries) e Técnico em decoração (1a., 2a. e 3a. séries). Constatou-se que o número de alunos matriculados era de 156 e não 159 como constava do Processo inicial, pois três alunos haviam sido matriculados duas vezes, por engano.

- Elaboração de relação nominal dos alunos matriculados em cada série, de cada habilitação (fls. 17 a 22).

- Verificação dos prontuários dos alunos com análise detalhada da seguinte documentação: documentos pessoais, histórico escolar (transferências), fichas individuais, ficha biométrica, atestado de trabalho, currículo e carga horária cumprida e a cumprir, verificação dos casos de adaptações.

1.1. De fls. 27 a 44 do Processo DRE/Sul 2551/79, conota a relação dos alunos de cada uma das habilitações, série por série, com indicação de sua situação face ao currículo adotado pela escola, inclusive as adaptações que deveriam ser feitas, se o foram com aprovação ou se o aluno está em falta. Não consta se as adaptações referentes a mínimos profissionalizantes o foram com cumprimento da carga horária correspondente.

1.3. Com relação aos alunos transferidos para 2a. ou 3a. séries, consta, para a maioria dos casos, a escola origem dos alunos. Dessas observações salientamos as seguintes que indicam possíveis irregularidades no processo de transferência:

- matrícula na 3a. série de aluno reprovado na 2a., em Ciências Físicas e Biológicas;

- transferência com dependência, à revelia do regimento escolar em vigor;

- alunos matriculados com documentação incompleta do 1º grau e da 1ª série do 2º grau;

- alunos transferidos do curso supletivo (modalidade suplência) para 2a. série do curso regular, sem previsão no Regimento Escolar;

- aluno em débito com o currículo do 1º grau.

1.4. Consta, ainda, um aluno já transferido a 04-7-79 para o Colégio Brasília de Diadema.

1.5. De fls. 45 a 68, constam xerocópias do livro de registro de adaptações. Não há no relatório da comissão nenhuma referência às atas, entretanto elas nos chamam atenção pelos seguintes motivos.

- não estão datadas;

- só consta uma nota de aprovação;

- há duas atas referentes a história - da Habilitação Publicidade, uma em branco, e outra com duas alunas, uma da 2a. e uma da 3a. série.

2. Processo DRE 6/Sul 3517/79 - Irregularidades na escrituração escolar.

2.1. Procedimentos da comissão - Levantamento e análise da seguinte documentação: prontuários de 15 (quinze) alunos envolvidos nas irregularidade praticadas; livros de matrícula (1978); atas de notas bimestrais (1978); relatório da comissão sindicante (Proc. 3517/DRE-6/Sul):

- Estudo e constatação das irregularidades cometidas;
- Elaboração de relatórios individuais dos alunos envolvidos (fls.79 a 99).

2.2. As irregularidades atingem as Habilitações: Técnico em Contabilidade (10 alunos), Técnico em Secretariado (2 alunos) e Curso Supletivo de 1º Grau - modalidade - suplência (3 alunos), no ano de 1978, e são dos seguintes tipos:

- ausência de assinaturas nas fichas individuais do Diretor e Secretário;
- espaços em branco na coluna de resultados;
- rasuras em notas bimestrais que levaram à promoção irregular dos alunos;
- lançamento incorreto de notas nas fichas individuais - diferentes das atribuídas pelos professores nos diários de classe;
- adulteração no lançamento de faltas, levando alunos a serem promovidos com frequência inferior à exigida pela legislação em vigor;
- discrepância entre a ficha individual anexa, e a arquivada no prontuário do aluno.

A documentação de cada um dos 15 alunos apresenta, em média, três das irregularidades apontadas. Em todos os relatórios individuais consta a seguinte observação:

"Nos autos" [da sindicância realizada pela DE de Ensino) "nada consta relativo à participação do aluno na adulteração da ficha individual".

3. Processo 3518/78 - DRE 6/Sul - Pedido de autorização de funcionamento.

A Comissão informa:

3.1. O processo contém pareceres das autoridades (DE e DRE de Ensino) favoráveis à autorização por um período fechado (ano letivo de 1979).

3.2. Há processo regular de pedido de autorização das três habilitações em questão, em fase final de tramitação na 2a. DE de São Bernardo do Campo.

4. A fls. 269 do Proc.CEE, encontramos as seguintes "medidas cabíveis" sugeridas pela Comissão de Correição:

4.1. Quanto às habilitações que, em 1979, funcionaram sem autorização:

4.1.1. "Homologação dos atos escolares praticados pelos alunos, com documentação regularizada, relacionadas série por série, às fls. 27, 28, 29, 30, 34, 35, 38 e 40" do relatório da comissão;

4.1.2. "Homologação (com ressalva) dos atos escolares praticados pelos alunos com adaptação em falta no ano de 1979", conforme relações de fls.27 a 44 do relatório;

4.1.3. "Anulação dos atos escolares praticados por Bárbara H. F. Barbosa (fls. 39) por estar em débito com Histórico Escolar de 1º grau e Ficha Individual da 1a. série do 2º. grau";

4.1.4. "Homologação {com ressalva} dos atos escolares praticados pelos alunos transferidos de curso supletivo para curso regular, relacionados a fls. 39, ficando os mesmos na dependência de complementação de carga horária compensatória".

4.1. Quanto às irregularidades de escrituração escolar:

4.2.1. Quanto aos alunos - "anulação dos atos escolares praticados nos anos de 1978 e 1979";

4.2.2. Quanto ao estabelecimento - "instauração de processo administrativo para apurar as responsabilidades".

4.3. Quanto ao pedido de autorização constante do Processo DRE 6/Sul 3518/79:

4.3.1. "Homologação da autorização solicitada por período fechado (ano 1979) com as ressalvas indicadas nos itens anteriores".

5. Finalizando, a comissão esclarece:

5.1. "A EPSG "Cacique Tibiriçá" funciona desde 1951, com cursos autorizados e inspecionados atualmente pelo Governo Estadual";

5.2. "O Colégio é, atualmente, dirigido por professora portadora de curso superior em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar";

5.3. "A escola é supervisionada pela DE de São Bernardo do Campo";

5.4. "O funcionamento da escola, no que tange à parte administrativa e pedagógica, no presente momento, satisfaz às exigências legais". (grifo nosso)

III - As irregularidades encontradas na escola face à legislação em vigor e ao que consta dos Processos 2551/79, 3517/79 e 3518/79, todos da DRE-6/Sul.

1. O funcionamento das habilitações profissionais, anteriormente à autorização, é obviamente irregular, não se justificando em nenhuma hipótese. A Deliberação CEE nº 18/78 é bem clara. No seu artigo 3º esclarece que "somente serão válidos os atos escolares praticados depois da publicação, no órgão oficial, da autorização de funcionamento do estabelecimento, cursos ou habilitações". Os prazos para entrada dos pedidos de autorização estão fixados no art. 4º da mesma Deliberação e a data de 31 de julho é o limite para aquelas mantenedoras que pretendam fazer funcionar seus cursos no primeiro semestre do ano subsequente, prazo esse estendido em 1978 (art. 3º das Disposições Transitórias) para 30 de setembro. A Secretaria de Estado da Educação pode ser morosa nos seus procedimentos! Sem dúvida, mas o parágrafo único dá a solução: "Decorridos cento e vinte dias das datas fixadas, sem que tenha havido manifestação da Delegacia de Ensino respectiva, o mantenedor poderá recorrer ao Secretário de Estado da Educação, que decidirá sobre a matéria".

Como procedeu a mantenedora face a esses dispositivos?

Do relatório da comissão de correição nada consta sobre esse problema. Fomos encontrar as informações no Processo DRE-6/Sul 3518/79. Do ofício 245/79 de 13/7/79 da 2ª DE de São Bernardo do Campo, do Sr. Coordenador da COGSP, extraímos o seguinte: "A escola deu entrada em 09-3-79 ao pedido de autorização de funcionamento, ... sendo que 159 alunos já estavam matriculados e cursando as três séries das respectivas habilitações..." "A escola iniciou o funcionamento antes mesmo do pedido à Dele-

gacia de Ensino." A fls. 162 do Proc. CEE (vol.11) a escola procura esclarecer ao Conselho (of. 16/79) que deu entrada no pedido em julho de 1978, junto à 2a. DE de São Bernardo do Campo.

Entretanto, não há evidências desse fato no processo. No mesmo ofício 245/79, já citado, o Sr. Delegado de Ensino informa: "Quanto à alegação da Sra. Diretora da escola, no ofício datado de 20-6-79, de que a escola teria dado entrada na Delegacia de Ensino, em julho de 1978, do pedido de autorização dos referidos cursos, a mesma não procede, conforme comprova xerox em anexo, da ficha de protocolo desta DE, de entrada e saída de documentos da EPSG "Cacique Tibiriçá", no ano de 1978. Ressalta-se o fato de que toda documentação que instrui o processo de autorização contém apenas datas do corrente ano". (1979) - fls. 157 e 158. Mas mesmo que a escola tivesse dado entrada na documentação em 1978, como alega, não poderia ter iniciado o funcionamento sem autorização, pois nem sequer fez uso do disposto no parágrafo único do antigo 4º da Deliberação CEE nº 18/78: o recurso ao Sr. Secretário, transcorridos 120 dias, sem manifestação da DE. É, pois, responsável pela situação dos alunos face ao art. 3º da mesma Deliberação. Tanto mais que fez funcionar as 3 (três) séries de cada habilitação e, de acordo com os depoimentos constantes do Processo 3517 - DRE-6/Sul-79, aliciou seus alunos de 2a. e 3a. séries, com publicidade enganosa e até com oferecimento de vantagens (isenção de taxas de matrícula) para alunos transferidos de outras escolas do município.

E as autoridades escolares, como procederam face à situação de fato?

Consta do mesmo Processo 3518/79-DRE-6/Sul que, a 14-3-79, o Supervisor de Ensino da unidade comunicou ao Sr. Delegado o funcionamento irregular das habilitações.

Como providência, aconteceu o ofício de 26-3-79 da Delegacia à escola, pelo qual esta era informada de que a Delegacia deixava de receber (o pedido encaminhado a 09-3-79) e devolvia o expediente à escola "para posteriores providências de sua diretoria junto ao Egrégio Conselho Estadual de Educação". Essas providências se referiam, pelo que se depreende do final do ofício, à homologação dos atos escolares praticados pelos alunos "irregularmente matriculados".

Data venia, omitiu-se a Delegacia, pois o seu procedimento correto está claramente definido na Resolução SE 117/78 que prevê o indeferimento de plano pelo Delegado de Ensino para pedidos de autorização partidos de escolas que iniciam atividades sem a competente autorização.

A aplicação imediata dessa medida teria provocado a suspensão, também imediata, das atividades (15 dias no máximo depois do seu início) e possibilitado a transferência dos alunos para outros estabelecimentos. Simultaneamente, o Sr. Delegado oficiava sugerindo correição no estabelecimento.

Os demais documentos indicam que a escola só se dirigiu ao Conselho Estadual de Educação em 20-6-79. Em 6 de julho a Comissão Sindicante sugeriu cessa-

ção imediata das habilitações com funcionamento irregular. (Vol.I do Proc.CEE fls. 135). O senhor Delegado, entretanto, em seu ofício de 13/7, diz que a Delegacia "reluta em aplicar, a esta altura dos fatos, o disposto na Res. 117/78, pois esta medida viria prejudicar 159 alunos..." E assim, tramitando morosamente, chegou o final do ano letivo e outro se inicia sem que nenhuma providência tenha sido tomada para resolver a situação dos alunos. O Sr. Delegado solicita "em caráter de excepcionalidade, autorização para funcionamento das habilitações, por período de tempo limitado, até o final do corrente ano letivo (1979), após o que seria cassado o funcionamento das mesmas". Nessa sugestão é acompanhado pela DRE/Sul, apesar do processo de autorização se encontrar incompleto e não ter sequer sido examinado: faltavam o plano de curso, a aprovação das alterações regimentais, o parecer final sobre a vistoria das instalações e, àquela altura, toda documentação referente aos alunos.

Essa situação foi levantada pela comissão de correição por determinação do Parecer CEE nº 1020/79, e consta do item 1 da apreciação deste Parecer. As medidas segeridas pela comissão, como vimos, incluem a homologação (com ou sem ressalvas) dos estudos realizados pelos alunos, com exceção de um, por falta de comprovação de escolaridade.

Não podemos concordar, infelizmente.

Este Conselho tem convalidado atos escolares referentes a cursos e habilitações que funcionaram sem autorização, considerando, por um lado, os problemas decorrentes da implantação da lei 5692/71 no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e a ausência, após essa Lei, de uma legislação clara sobre o assunto. Mas não pode abrir exceções à Deliberação CEE nº 18/78. De acordo com essa Deliberação os atos escolares praticados nessas condições não são válidos.

O máximo que se pode admitir e assim mesmo considerando-se a omissão inicial da Delegacia na aplicação das medidas indicadas na Resolução SE 117/78 e a morosidade dos encaminhamentos subsequentes é permitir que a Secretaria proceda à avaliação da escolaridade desses alunos, excetuada a aluna que não comprovou escolaridade anterior, através de exames especiais das disciplinas constantes do currículo ministrado pela escola, em nível de conclusão de série e com base nos resultados desses exames expeça guias de transferência para outros estabelecimentos. Para os alunos que irregularmente cursaram a 3a. série, os exames deverão incluir também as adaptações (mesmo já realizadas, pois o fizeram irregularmente) identificadas pela comissão de correição para cumprimento do currículo.

Os certificados dos alunos que assim concluíram a terceira série serão de exclusivo efeito para continuidade de estudos. Para obtenção do diploma profissionalizante em nível de técnico, deverão matricular-se em escolas regularmente autorizadas para cumprimento da carga horária dos mínimos profissionalizantes, excetuados, obviamente, por não serem válidos os estudos em 1979. Entendemos ser essa a única forma no momento para alertarmos devidamente os interessados para o cumprimento da legislação. Caso contrário, teremos como desdobramento novas convalidações após a deliberação CEE nº 18/78. É preciso não esquecer que, além da situação de funcionamento irregular por falta de autorização, a escola cometeu outras irregularidades na matrícula desses alunos, falta de documentação escolar em ordem, admis-

são no regime de dependência e à revelia do regimento em vigor, pouco cuidado na realização das adaptações etc, conforme consta do relatório de correição.

2. Quanto às denúncias de irregularidade, na escrituração escolar, ocorridas em 1978, é clara a situação da escola. As irregularidades ocorreram mesmo. Além dos 15 casos constatados pela comissão de sindicância e confirmados pela comissão de correição, os termos de visita anexos ao Proc. 3517/79 comprovam que, durante todo o ano de 1978, os supervisores chamariam a atenção da escola por falta de cumprimento da legislação escolar no tocante à falta de documentação de alunos novos, à falta de cuidado na escrituração escolar, especialmente no lançamento de faltas de alunos, havendo ocorrido duas denúncias de fraude na promoção de alunos. Tudo indica que a escola, apesar de vir funcionando desde 1951, deveria estar passando por séria crise na sua administração nos anos de 1978 e 1979. A comissão de correição, no entanto, diz que o funcionamento pedagógico e administrativo da escola, no momento, satisfaz às exigências legais. A Secretaria de Estado da Educação deverá acompanhar, com cuidado, esse processo de normalização das atividades e, na reincidência, proceder à cessação de suas atividades. Para os 15 alunos citados no processo de irregularidade, considerando-se a observação de que não há indícios de sua participação no processo de fraude, indicamos a necessidade de regularizarem sua situação, através de exames especiais realizados pela Secretaria de Estado da Educação, nas disciplinas objeto de fraude conforme relatório de sindicância e da comissão de correição.

3. Resta a decisão quanto ao processo de autorização das habilitações Técnico em Eletrônica, em Publicidade e em Decoração.

Não cremos devam ser autorizadas até que a Secretaria possa se assegurar da exata situação da instituição inclusive quanto a sua capacidade financeira, aspecto que adquire relevo no depoimento prestado pela própria mantenedora junto à Comissão Sindicante.

A escola mantém habilitações na área econômica terciária. A montagem de salas especiais e oficinas para novas habilitações (especialmente Eletrônica) deve ser considerada com as necessárias cautelas pelos Órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação. Entretanto, este assunto é da responsabilidade exclusiva daquela Secretaria.

Este Conselho, no momento, limita-se a confirmar a legislação em vigor: as habilitações e cursos só podem funcionar com prévia autorização; os de funcionamento irregular devem, pois, ter suas atividades cessadas imediatamente.

II - CONCLUSÃO

Face ao exposto neste Parecer e o contido nos processos DRE-6/Sul 2551, 3517 e 3518/79, aprovam-se as seguintes conclusões, todas referentes à correção de irregularidades verificadas nos anos de 1978 e 1979 na EPSG "Cacique Tibiriçá", subordinada à 2a. DE de São Bernardo do Campo.

7. Nega-se provimento ao solicitado pelas mantenedoras da EPSG "Cacique Tibiriçá", no Processo DRE-6/Sul 3518/79, devendo as atividades referentes às habilitações Técnico em Eletrônica, Técnico em Publicidade e Técnico em Decoração, iniciadas em março de 1979, sem a competente autorização, cessar imediatamente.

2. Os alunos que frequentaram irregularmente as habilitações acima referidas, nesse ano, desde que tenham sua documentação escolar regularizada, devem ser submetidos a exames especiais em todas as disciplinas constantes da série cursada e, se aprovados, receberão guia de transferência correspondente à conclusão dessa série, ou certificado de conclusão de curso.

3. Para os alunos de 3a. série que dependiam de processos de adaptação ou matriculados irregularmente com dependência, os exames especiais deverão alcançar também as disciplinas respectivas.

4. As guias de transferência de alunos das demais séries (aprovados ou não nos exames especiais) deverão identificar as adaptações em falta, que poderão ser cursadas na escola de destino.

5. Os certificados de conclusão de curso, a serem expedidos em modelo próprio da Secretaria de Estado da Educação, serão de exclusivo efeito para continuidade de estudos. Para receberem o diploma de Técnico, os alunos deverão matricular-se em habilitação regularmente autorizada e cumprirem a carga horária correspondente aos mínimos profissionalizantes.

6. Os 15 alunos das habilitações Técnico de Contabilidade, Secretariado e do Curso Supletivo, Modalidade Suplência de 1º Grau, arrolados como beneficiários de processos fraudulentos na sua promoção da série que cursavam no ano letivo de 1978 para 1979, devem ser submetidos a exames especiais nas disciplinas objeto de fraude, conforme o que consta do relatório da comissão de correição (Processo COGSP 92/80), e, se aprovados, terão convalidadas suas matrículas na série em que foram matriculadas em 1979.

7. O aluno Álvaro Antônio Martão deverá regularizar sua situação referente ao 1º grau, junto a este Conselho, em expediente especial.

8. A aluna Bárbara Heliadora F. Barbosa deve regularizar sua documentação referente ao 1º grau e 1ª série do 2º grau, antes da prestação dos exames especiais referidos no item 2 da conclusão.

9. Os exames especiais referidos nas conclusões deste Parecer serão preparados e aplicados pela Secretaria, de Estado da Educação, em escolas da rede estadual de ensino por ela indicadas.

10. A Secretaria de Estado da Educação deverá acompanhar atentamente o processo de reorganização da escola, propondo, na reincidência, a cassação de autorização de funcionamento.

11. A comissão de correição deverá orientar os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação sobre o exato cumprimento do disposto neste Parecer.

12. Quanto ao pedido de autorização de habilitações (Técnico em Eletrônica, Técnico em Publicidade e Técnico em Decoração), em tramitação na 2a. DE de São

Bernardo do Campo, recomenda-se o seu indeferimento, até que haja completa recuperação da instituição, em relação à crise administrativa que sofreu nos anos de 1978 e 1979.

13. Cópia deste Parecer deve ser enviada à Secretaria de Estado da Educação para as providências urgentes a serem tomadas, tendo em vista o início do ano letivo de 1980, devendo ser dada notícia a este Conselho do resultado final da sua aplicação.

CESG, em 21 de fevereiro de 1980.

a) Consa. Maria Aparecida Tamasso Garcia
Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia, Renato Alberto Teodoro Di Dio e José Maria Sestílio Mattei.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 1980.

a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 17 de fevereiro de 1980.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente